



VIOLÊNCIA CAPITALISTA É DESPEJADA SOBRE AS MASSAS. É PRECISO LUTAR PARA COMBATÊ-LA!

Os capitalistas e seus governos fazem com que as massas sofram cada vez mais violência. É a violência nos bairros pobres, por conta da ação policial assassina, que matou dezenas na Bahia, Rio e Baixada Santista, intimidando os moradores e atingindo até mesmo crianças. E a Justiça patronal manda seu recado: acabou com a obrigação dos policiais de usarem câmeras, isso quer dizer que podem agir violentamente, que não serão punidos.

A seca na Amazônia, ou as fortes tempestades no Sul do país, destroem as condições de vida e trabalho das massas, matam, e os governos só fazem cortar verbas da ajuda civil, não preparam a resposta às secas e inundações, nem mesmo avisam as populações que serão afetadas.

As profundas alterações no clima são resultado da ação devastadora poluente das grandes potências durante dois séculos de industrialização. E hoje, com o capitalismo em sua fase de decomposição, não existe possibilidade econômica de preservar a natureza e sustentar o parasitismo capitalista ao mesmo tempo.

A violência com a exploração é cada vez maior. O trabalho precarizado é cada vez mais imposto aos assalariados, fazendo a exploração voltar aos níveis desregulamentados de 200 anos atrás. A terceirização se multiplica, com quarteirização, etc. O governo só contabiliza como desempregados aqueles que estão procurando emprego, mas existem 40 milhões de desalentados. Os moradores de rua se multiplicam pelas praças. A fome está instalada em grande parte dos lares.

A resposta das massas não está em confiar a solução a nenhum governo capitalista, burguês, nem ao parlamento ou à justiça. É tomando a solução dos problemas nas próprias mãos que poderemos nos defender da violência reacionária. É organizando a luta coletiva, por meio das assembleias de base gerais, livres e democráticas, erguendo nossas reivindicações mais sentidas e nos unindo ao redor delas, com total independência de classe dos governos, partidos e instituições da burguesia, que poderemos defender nossas vidas, nossas famílias e nosso meio ambiente. ■

Unificar a Campanha Salarial nas fábricas do Vale do Paraíba

No dia 30/09, os metalúrgicos de SJC e região decidiram, aprovar a continuidade da luta pelo reajuste salarial, e também o "aviso de greve", ou seja, os operários podem paralisar 48 horas a partir da notificação.

A aprovação ocorreu com trabalhadores de 19 fábricas, incluindo o setor aeronáutico (Embraer, Latecoere, Alestis, Sonaca); o setor de autopeças (Parker SJC, Eaton, Retin e Trico); o de eletroeletrônicos (Panasonic) e de máquinas (Parker Jacareí); o de trefilação e laminação de metais não ferrosos (Wirex Cable, Wireflex e Cabletech), e a Assecr (Associação dos Empresários do Vale do Paraíba, que representa cerca de 50 fábricas). As direções patronais que apresentaram algum índice apontaram apenas para a reposição do INPC (em 4,06%) ou próximo disso. Sabemos, no entanto, que as perdas, nos últimos anos, são maiores que o índice oficial da inflação. Além disso,

o patronal quer retirar direitos, como reduzir a estabilidade no emprego, nos casos de doença ocupacional e acidente no trabalho.

Não podemos recuar! Os capitalistas continuam a descarregar a sua crise econômica sobre as costas da classe operária. A média salarial em 2023 é igual a de 2019, em um período em que o custo de vida e a precarização do trabalho aumentaram.

A negociação por fábrica enfraquece o movimento geral da região. É preciso manter e ampliar as assembleias gerais, para que a se organize a mobilização de rua, as paralisações do trabalho e uma greve contra o patronato, que insiste em super explorar nossa força de trabalho.

Unificar a classe operária no Vale do Paraíba! Exigir aumento e ganho real sobre os salários! Lutar pela redução da jornada sem redução dos salários, para garantir o emprego da classe operária! ■

ASSEMBLEIAS E MOBILIZAÇÕES NA BASE DO SINDICATO METALÚRGICO DO ABC DEVEM CAMINHAR PARA A PARALISAÇÃO DA PRODUÇÃO E A GREVE DA CLASSE

Nas últimas semanas, o Sindicato Metalúrgico do ABC (CUT) tem realizado algumas assembleias por fábrica, para informar e deliberar sobre a campanha salarial. Na fábrica da Grundfos, a maior fabricante de bombas do mundo, houve assembleia que aprovou mobilização para que haja reajuste e aumento salarial. É uma fábrica estratégica para impulsionar

o movimento de luta no setor no grupo 2 de fábricas da região, que abrange mais de 13 mil operários. É preciso aprovar agora um calendário de mobilização, com comandos de base que impulsionem o conjunto da classe para a paralisação da produção e a organização da greve.

Para unificar as dezenas de milhares de operários no ABC e em SP é preciso que se

organizem as assembleias gerais, com democracia operária, que calculem as perdas salariais e que lutem, de fato, por aumento salarial, pelo fim do fechamento de fábricas, pelo fim do desemprego. É preciso que defendamos nossa força de trabalho contra a exploração, que só se ampliou com a contrarreforma trabalhista e com a redução média dos salários! ■

Campanha Salarial da Federação dos Metalúrgicos/FS em SP se inicia

A Federação, ligada à Força Sindical, também está em Campanha Salarial para a data-base de 1º de novembro. A Federação reúne mais de 50 sindicatos na capital e em todo o Estado de SP, e centenas de milhares de operários da indústria.

Nos materiais de Campanha, a direção, no entanto, não têm

definido os índices salariais a serem defendidos de forma unificada. Espera, como no ABC e em SJC, negociar com a patronal de cada setor e fábrica. Com isso, enfraquece o movimento geral da classe, que sofre com as perdas salariais dos últimos anos.

Não adianta que as Centrais Sindicais tirem **continua |>**

"notas" conjuntas em defesa dos salários, dos empregos, pela redução das jornadas, por aumento dos direitos. É preciso unidade na luta, nas mobilizações de rua, nas paralisações das fábricas, na defesa da greve em todos os setores da produção.

Infelizmente, temos visto que as di-

reções sindicais, que apoiaram a eleição do novo governo federal, não estão dispostas a enfrentar os governos e os capitalistas. Assim, as reivindicações são rebaixadas ou deixadas de lado, em negociações sem luta e sem greve. A crise capitalista mundial é profunda e tem

levado ao rebaixamento dos salários, retirada de direitos e ao desemprego. E a classe burguesa comparece unida no Brasil e no mundo. É preciso a unidade da classe operária com seus métodos e reivindicações, para garantir a sua vida e da maioria nacional explorada e oprimida. ■

Onda de greve nos EUA mostra o caminho da luta da classe operária

Mais de 150 mil operários da United Auto Workers (UAW), das montadoras GM, Ford e Stellantis (ex-Chrysler Motors), paralisaram as atividades, em defesa de aumento de 40% nos salários, igualdade salarial para todos os operários na mesma função, e imediatas melhorias nas condições de trabalho.

Em 2022, 7 mil trabalhadores gastronômicos conquistaram em greve aumentos salariais e o direito de sindicalização. No mesmo ano, 60% dos trabalhadores da educação (32% dos grevistas eram não-sindicalizados) fizeram dezenas de greves por melhores salários e condições de trabalho. Destacou-se, pela importância estratégica do setor, a greve dos ferroviários, por aumento salarial e recuperação de benefícios sociais perdidos.

No começo do ano, houve a greve dos motoristas da UPS (maior empresa de correios do país) e dos trabalhadores da Amazon. As greves nesses setores, reunindo centenas de milhares, aconteceram, apesar da maioria deles não estarem sindicalizados, e sofrerem uma violenta ditadura e vigilância patronal nos locais de trabalho. Demonstrando que as tendências grevistas são mais fortes que os obstáculos contra a sua realização.

Essa tendência grevista, a mais massiva e radicalizada dos últimos 50 anos, assinala que os operários e demais assalariados são obrigados a defenderem suas condições de vida e, portanto, devem combater radicalizadamente uma classe burguesa acostumada a impor tudo o que quer, utilizando, para isso, de seus métodos históricos de luta, a paralisação da produção, as mobilizações de rua, as ocupações de fábrica e a greve geral da classe. ■

REJEITAR A REFORMA TRIBUTÁRIA E O AR CABOUÇO FISCAL

Mudam-se os governos, mas se mantém a política burguesa que beneficia os capitalistas. O governo Lula já aprovou a nova lei de austeridade fiscal: o arcabouço fiscal, que é pior que a lei do teto de gastos de Temer, que retira dinheiro da saúde, da educação, dos serviços públicos. O governo Lula já pediu ao Tribunal de Contas para não aplicar os recursos mínimos estabelecidos pela Constituição para a Saúde e Educação.

Agora o governo, com o apoio de centrais sindicais, como a CUT ou a Força Sindical, quer aprovar uma Reforma Tributária, que vai diminuir os impostos para os capitalistas da indústria e do agro, mas aumentará os impostos sobre o consumo, afetando a classe operária, a classe média e o conjunto dos assalariados.

A CUT está organizando debate e soltando boletins em apoio à Reforma Tributária. Ilude os trabalhadores, dizendo que esta é primeira etapa da reforma, que a segunda será "progressiva", com maior taxação dos mais ricos e menos dos trabalhadores. Mas, efetivamente, não há uma "segunda etapa" dessa contrarreforma. A Reforma Tributária serve para reduzir os custos para setores capitalistas, nacionais e internacionais. Com isso, reduzirá o orçamento dos governos, sobretudo dos municípios, que terão menor capacidade para investir nos serviços sociais.

Para a classe operária, não nos interessa nenhuma destas reformas ou leis. Lutamos pelo Salário Mínimo Vital para todos os trabalhadores, pela redução das jornadas sem redução dos salários, pela escala móvel de reajuste e das horas de trabalho, pela Previdência custeada apenas pelos capitalistas. Defendemos que só os capitalistas paguem impostos.

Precisamos derrubar o arcabouço fiscal para garantir investimento e serviços sociais públicos e lutar contra a Reforma Tributária, que assaltará ainda mais nossos salários! ■

Marco Temporal: É com a unidade na luta de povos indígenas, camponeses pobres e proletariado que derrotaremos os capitalistas que invadem e destroem a natureza!

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o Marco Temporal em discussão no Congresso, em 21/09. Muitos comemoraram, mas não viram a conclusão do julgamento, na semana seguinte. Os ministros aprovaram a indenização imediata dos capitalistas que ocupam e exploram terras indígenas, a ser paga pelo governo. Se o governo não puder pagar, os ocupantes permanecerão nas terras. Locais que não puderem ser movidos, ficarão onde estão e serão movidos os indígenas. Até quem não fez nada com a terra ocupada será indenizado, em dinheiro ou títulos da dívida agrária.

Em resposta ao STF, o Senado votou com ampla maioria a aprovação do Marco Temporal, e já avisou Lula que, se vetar, terá seus vetos derrubados pelo Congresso.

A disputa verdadeira é entre as pressões das potências impe-

rialistas (EUA, Europa), que pretendem deixar a exploração mais agressiva da Amazônia para depois, e o agronegócio, que pretende aumentar a exploração imediatamente, com as garantias jurídicas para isso. O STF tentou um meio termo favorável aos primeiros; o Senado, expressou o desejo dos segundos.

Os indígenas e camponeses pobres não devem esperar nada do governo, parlamento ou justiça burgueses. A real defesa da terra e meio ambiente se faz com a luta de classes, unindo os explorados contra os exploradores. A defesa imediata com luta das terras indígenas e demarcações é um passo na direção da revolução socialista, que acabará com a exploração desenfreada da natureza e a opressão das nacionalidades, acabando com a grande propriedade privada e nacionalizando-a sob controle operário, e por meio da planificação econômica e distribuição da produção social entre as massas. ■